



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

Exercício de 2017

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal art. 59 da Lei Complementar n.º 101 art. 63 a 66 da Lei Complementar n.º 102/2008 e em atendimento ao disposto no art. 01 da Instrução Normativa 04/2017 do TCE/MG, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei Federal N.º 4.320, de 17 de março de 1964, apresenta-se o **RELATORIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO**, parte integrante da prestação de contas referente ao exercício de 2017, que tem como objetivo demonstrar a avaliação dos resultados quanto:

- 1 avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária;
- 2 avaliação dos resultados quanto à eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- 3 análise da observância dos limites para inscrição das despesas em restos a pagar e dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal;
- 4 avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como em ações e serviços públicos da saúde, nos termos dos dispositivos Constitucionais e da Lei Orgânica do Município;
- 5 informações quanto a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- 6 análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo;
- 7 aplicação de recursos públicos realizada por entidades de direito privado;
- 8 medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado;
- 9 termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento;
- 10 cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (Sicom), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa n.º 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O Chefe de Controle Interno procedeu um acompanhamento e fiscalização no Processo de arrecadação de receitas, ordenamentos de despesas e demais atos e procedimentos administrativos praticados pela Prefeitura Municipal no período de janeiro a dezembro de 2017.

Os documentos analisados foram as ordens de compra, notas de empenho, notas fiscais, processos licitatórios, relatórios contábeis e outros.

1 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS.

1.1 - PLANO PLURIANUAL

As metas previstas no Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 do Município de Jampruca foram estabelecidas na Lei Municipal n.º 401 de 19 de dezembro de 2013 e suas alterações.

Praça Jorge Agostinho, 56, Centro – CNPJ: 66.230.384/0001-47
www.jampruca.mg.gov.br



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

A arrecadação de Receitas do nosso Município, não se efetivou de modo esperado sendo portanto insuficiente para cumprir o Plano Plurianual mas as despesas estavam previstas dentro do plano.

1.2 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

As metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias foram instituídas pela Lei Municipal nº 425 de 12 de agosto de 2016.

2 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1 - ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

O Orçamento do Município de Jampruca para o exercício financeiro de 2017 foi elaborado conforme disposições contidas na Lei 4.320/64 e demais legislações pertinentes, e foi aprovado através da Lei nº 430 de 09 de dezembro de 2016.

A receita foi estimada em R\$ 20.350.000,00 (vinte milhões trezentos e cinquenta mil reais) e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo,

2.2 - LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2017

RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR R\$	VALOR DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR R\$
Receitas Correntes	19.065.000,00	Despesas Correntes	15.145.000,00
Receitas de Capital	3.585.000,00	Despesas de Capital	4.345.000,00
Dedução do FUNDEB	-2.300.000,00	Reserva de Contingência	10.000,00
Superávit	0,00	Superávit	850.000,00
TOTAL	20.350.000,00	TOTAL	20.350.000,00

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES AUTORIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2017

2.3 - Lei nº 430 de 09 de dezembro de 2016.

LEI/DATA	DECRETO/DATA	VALOR	FINALIDADE
430 de 09/12	13 de 02/01/2017	266.367,42	SUPLEMENTAÇÃO
430 de 09/12	19 de 01/02/2017	22.497,13	SUPLEMENTAÇÃO
430 de 09/12	25 de 02/03/2017	84.386,58	SUPLEMENTAÇÃO
430 de 09/12	27 de 03/04/2017	199.834,29	SUPLEMENTAÇÃO
430 de 09/12	29 de 02/05/2017	216.938,39	SUPLEMENTAÇÃO
430 de 09/12	35 de 01/06/2017	368.459,43	SUPLEMENTAÇÃO
430 de 09/12	41 de 03/07/2017	675.851,81	SUPLEMENTAÇÃO
430 de 09/12	44 de 01/08/2017	657.751,44	SUPLEMENTAÇÃO
430 de 09/12	45 de 01/09/2017	442.825,05	SUPLEMENTAÇÃO
430 de 09/12	48 de 02/10/2017	708.321,59	SUPLEMENTAÇÃO
430 de 09/12	51 de 01/11/2017	524.411,34	SUPLEMENTAÇÃO
430 de 09/12	55 de 01/12/2017	957.579,59	SUPLEMENTAÇÃO
430 de 09/12	62 de 01/12/2017	253.855,00	SUPL./CRÉDITO ESPECIAL
TOTAL			5.379.079,06

3 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA FINANCEIRA E EFICÁCIA DE GESTÃO FINANCEIRA



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

Em síntese, a execução financeira no exercício financeiro de 2017 assim se processou:

3.1 - BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS		DISPÊNDIO	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	12.937.259,80	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	12.690.661,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	6.806,25	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	779.698,58
RECEBIMENTOS EXTRA- ORÇAMENTÁRIOS	2.074.063,05	PAGAMENTOS EXTRA- ORÇAMENTÁRIOS	1.019.474,92
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	264.018,82	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	792.313,42
TOTAL	15.282.147,92	TOTAL	15.282.147,92

4 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO PATRIMONIAL.

De forma resumida, o Patrimônio da Prefeitura no exercício de 2017 assim se apresentou:

4.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	0,00	TÍTULOS	0,00
ATIVO CIRCULANTE	5.306.096,17	PASSIVO CIRCULANTE	1.445.568,48
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	792.313,42	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR	231.624,30
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	19.718,79	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3.013.469,08	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.025.806,40
ESTOQUES	1.480.594,88	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	6.817,11
		DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTOS PRAZO	181.320,67
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.313.172,97	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00
IMOBILIZADO	5.313.172,97	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00
		EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
		OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
TOTAL DO ATIVO REAL	10.619.269,14	TOTAL DO PASSIVO REAL	1.445.568,48
		ATIVO REAL LÍQUIDO	9.173.700,66
TOTAL DO ATIVO	10.619.269,14	TOTAL PASSIVO	10.619.269,14
TOTAL GERAL DO ATIVO	10.619.269,14	TOTAL GERAL DO PASSIVO	10.619.269,14

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

4.2 - MOVIMENTAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos dos bancos conferem com os Extratos Bancários devidamente conciliados em 31/12.

No "Caixa" consta um valor de R\$ 3.101,60 (três mil cento e um reais e sessenta centavos) conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e Termo de Conferência de Caixa, saldo proveniente de restituições realizadas pelo Poder legislativo Municipal.

4.3 - DESINCORPORAÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2017

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÃO
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	LOM
TOTAL	0,00	

4.4 - REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR INVESTIDO COM OBRAS	VALOR ATUALIZADO	LEGISLAÇÃO
NÃO HOUVE			
TOTAL	R\$	R\$	

4.5 - DOAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	ENTIDADE DOADORA	DOCU-MENTO	LEGISLAÇÃO	VALOR
NÃO HOUVE				
TOTAL				

4.6 ALMOXARIFADO

Esta Prefeitura não detém espaço físico suficiente para armazenamento de grande quantidade de materiais, porém, mantém controle efetivos das entradas e saídas, cujo saldo apurado em 31/12/2017 é de 1.480.594,88 (um milhão quatrocentos e oitenta mil quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos).

4.7- DÍVIDA ATIVA

A dívida Ativa apurada em 31/12/17 perfaz um total de R\$ 19.718,79 (dezenove mil setecentos e dezoito reais e setenta e nove centavos).

No exercício de 2017, não houve a execução da cobrança administrativa-judicial.

4.8 - SALDO PATRIMONIAL

Em 2017, apurou-se um Ativo Real Líquido de R\$ 9.493.354,34 (nove milhões quatrocentos e noventa e três mil trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos).

4.9 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	412.561,10	PESSOAL E ENCARGOS	5.223.006,72
IMPOSTOS	400.319,33	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	3.827.614,16
TAXAS	12.241,77	ENCARGOS PATRONAIS	1.395.392,56
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00		



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

CONTRIBUIÇÕES	0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	61.269,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	PENSÕES	0,00
EXPLORAÇÃO DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	4.243.444,95
		USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.405.730,76
		SERVIÇOS	2.837.714,19
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	38.018,93	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2.500,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	133,20	JUROS E ENCARGOS DE MORA	2.500,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	37.885,73		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	14.437.734,34	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	3.125.673,75
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	6.806,25	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	779.698,58
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.990.106,80	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.187.623,17
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	158.352,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	1.427.721,29	TRANSFERÊNCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	13.100,00	TRIBUTÁRIAS	200.828,75
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	27.689,34	CONTRIBUIÇÕES	200.815,77
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	27.689,34	OUTRAS VARIAÇÕES VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	676,60
		DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	96,60
SUB TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	14.916.003,71	SUB TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	12.857.399,77
DÉFICIT PATRIMONIAL	0,00	SUPERÁVIT PATRIMONIAL	2.058.603,94
TOTAL GERAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	14.916.003,71	TOTAL GERAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	14.916.003,71



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

5.0 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	EMIS-SÃO	ATUALI-ZAÇÃO	BAIXA	CANCE-LAMENTO	SALDO ATUAL
POR CONTRATOS	4.773,94	450.012,98	0,00	381.610,47	0,00	73.176,45
POR TÍTULOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.773,94	450.012,98	0,00	381.610,47	0,00	73.176,45

O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com o saldo apurado no final do ano anterior.

O valor da amortização apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com a despesa contabilizada nos elementos 4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatada.

Não houve empréstimos nem operações de crédito no exercício.

O parcelamento de débitos com INSS, no exercício confere com o valor da emissão da dívida apresentados na demonstração da Dívida Fundada e respectivos contratos.

5.1 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	ENCAPA-ÇÃO	BAIXA	CANCEA-MENTO	SALDO FINAL
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	440.263,24	972.658,58	0,00	89.071,23	0,00	1.323.850,59
RESTOS PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	203.495,38	0,00	0,00	0,00	203.495,38
CONSIG-NAÇÕES	169.009,78	1.673.112,82	5.570,39	1.710.746,48	0,00	132.299,82
DEPÓSITOS	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00

Este quadro demonstra a dívida de Curto Prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses.

Todas as obrigações do município de curto prazo (Restos a Pagar, Depósitos) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.

O valor das inscrições confere com as receitas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

O valor das baixas confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

Não houve cancelamentos de saldo da Dívida Flutuante no exercício.

Não houve restabelecimentos de saldo da Dívida Flutuante no exercício.

6 - ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

Não houve contratação de operações de crédito no exercício de 2017.

7 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR.



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

SALDO EXERCÍCIOS ANTERIORES		RESTOS A PAGAR PROCESSADO				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO			
EXER-CÍCIO	VALOR	INSCRITOS	CAN-CELADOS	PAGOS	A PAGAR	VALOR	CAN-CELADOS	PAGOS	A PAGAR
PREFEITURA MUNICIPAL									
2013	53.251,82	0,00	0,00	0,00	53.251,82	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	255.538,14	0,00	0,00	5.226,88	250.311,26	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	131.473,28	0,00	0,00	83.844,35	47.628,93	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	972.658,58	0,00	0,00	972.658,58	0,00	0,00	0,00	203.495,38

8 - ANÁLISE DA OBSERVANCIA DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL.

DESPESA TOTAL COM PESSOAL

TÍTULOS	2017
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A)	13.378.181,74
GASTOS COM PESSOAL DA PREFEITURA (B)	7.102.502,32
PERCENTUAL APLICADO PELA PREFEITURA (B/A)	53,09%

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tornando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência dos empenhos da folha de pagamento.

O relatório de Gastos com Pessoal demonstra que o Poder Executivo obedeceu aos limites estabelecidos pela LRF.

9 - AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

BASE DE CÁLCULO RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	PERCENTUAL MÍNIMO OBRIGATÓRIO	VLR MÍNIMO OBRIGATÓRIO	PERCENTUAL APLICADO	VALOR APLICADO
10.548.268,71	25,00%	2.736.214,75	28,33%	3.100.570,79

O Município aplicou 28,33% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição Federal, ou seja, de cada R\$ 100,00 oriundos da arrecadação de impostos e transferências R\$ 28,33 (vinte e oito reais e trinta e três centavos) são aplicados na manutenção das ações de ensino.



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

10 - FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS E SUA APLICAÇÃO
ARTIGO 60, § 5º DO ADCT.

Quadro Demonstrativo da Avaliação da Arrecadação e Aplicação dos Recursos do FUNDEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação Básica no Exercício de 2017	
DESCRIÇÃO	VALOR
SALDO ANTERIOR	16.905,44
ARRECADAÇÃO	
Transferências de Recursos do FUNDEB	1.427.721,29
Rendimento de Aplicação Financeira	3.828,12
Recursos não Aplicados no Exercício Anterior	
TOTAL (A)	1.448.454,85
DESPESAS	
Despesas Magistério 60%	1.157.146,11
Despesas Custeio 40%	283.957,29
TOTAL (B)	1.441.103,40
LIMITE DE APLICAÇÃO	
Valor Legal Mínimo 60%	869.072,91
Valor Aplicado 79,89%	1.157.146,11
Saldo Bancário Apurado	7.351,45

O Município aplicou **79,89%** na valorização dos Profissionais da Educação, atendendo ao disposto no art. 60, § 5º do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

11 - AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS.

RECEITA VINCULADA À SAÚDE	10.211.092,53
PERCENTUAL MÍNIMO LEGAL	15,00%
VALOR MÍNIMO LEGAL	1.591.152,42
PERCENTUAL APLICADO	19,16%
VALOR EFETIVAMENTE APLICADO	2.032.471,71

O Município aplicou **19,16%** nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios, no exercício de 2017, atendendo desta forma a Emenda Constitucional nº 29/00.

No exercício de 2017 o município gastou **R\$ 377,15** por habitante em ações e serviços públicos de saúde.



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

12 - INFORMAÇÕES QUANTO A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS		
HISTÓRICO	INGRESSO	APLICAÇÃO
0,00	0,00	NÃO HOUE
TOTAIS	0,00	0,00
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	0,00	0,00

13 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO.

REPASSE DE RECURSOS PARA A CÂMARA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITA DA CÂMARA - EXERCÍCIO ATUAL	850.000,00
ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO (EXERCÍCIO ANTERIOR)	10.924.348,85
7% REPASSE MÁXIMO	764.265,48
VALOR REPASSADO	764.265,48

Os repasses efetuados ao Poder Legislativo representaram 7,00% da Arrecadação do Município e, portanto obedeceram ao disposto na Emenda Constitucional 25/00.

O Poder Executivo atentou tanto para o limite máximo, quanto para o mínimo.

14 - AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO.

No exercício de 2017, não houve nenhum dano ao erário que motivasse a instauração de Tomada de Contas Especial, sindicâncias, inquéritos e processos administrativos.

15 - APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS REALIZADA POR ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO

O Município mantém convênio com a entidade "ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS - AMM" para atendimentos médicos hospitalares de forma mensal na forma do quadro abaixo:

15.1 - REPASSES REALIZADOS A ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS - AMM

MÊS	VALOR	FONTE DE RECURSOS
JANEIRO A DEZEMBRO	7.440,00	1.00.00

A entidade recebedora dos recursos, mantém com o Município a regularidade das prestações de contas em períodos mensais.

Repasa-se ainda recursos financeiros para "ASSOCIACAO FREI INOCENCIO", cujo valor anula perfez 7.440,00 (sete mil quatrocentos e quarenta reais):

15.2 - REPASSES REALIZADOS A ASSOCIACAO FREI INOCENCIO

MÊS	VALOR	FONTE DE RECURSOS
JANEIRO A DEZEMBRO	22.488,00	1.00.00

15.3 - REPASSES REALIZADOS A ASSOCIACAO DE APOIO AO IDOSO RAIMUNDO BENEVIDES FREI INOCÊNCIO

MÊS	VALOR	FONTE DE RECURSOS
JANEIRO A DEZEMBRO	9.370,00	1.00.00



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

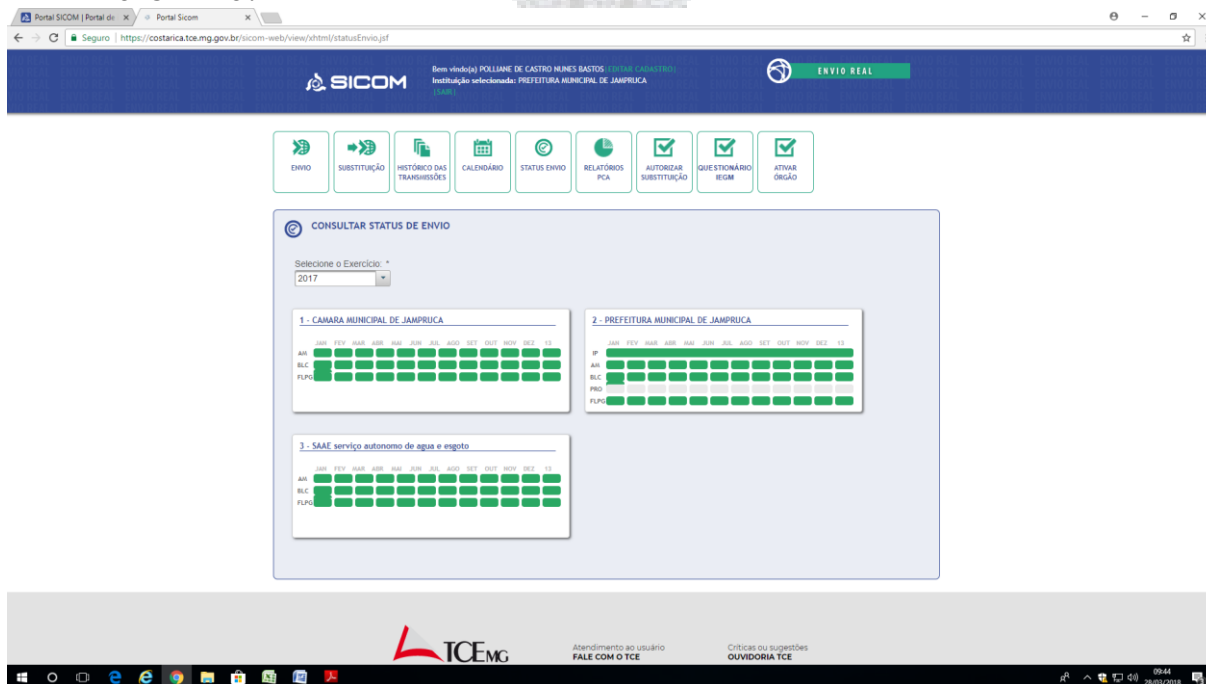
Poder Executivo

O Município mantém ainda convênio com a Prefeitura Municipal de Coluna nas atividades de reciclagem de resíduos.

16 - TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS E PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIO PÚBLICO, RESPECTIVAS LEIS E O IMPACTO FINANCEIRO NO ORÇAMENTO

No exercício de 2017 realizou transferências para o CISDOCE - Consórcio Intermunicipal de Município do Vale do Rio Doce, totalizando valores na ordem de R\$ 234.658,36 (duzentos e trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos) representando 1,15% (um inteiro e quinze décimos por cento) no orçamento vigente em 2017.

17 - CUMPRIMENTO, DA PARTE DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DO MUNICÍPIO, DOS PRAZOS DE ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES, POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (SICOM), NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º E DO CAPUT DO ART. 5º, AMBOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



Verifica-se conforme figura acima, que todos os órgãos e autarquias da administração Municipal cumprirão com o dispositivo da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, no que confere à remessa de dados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), o Sistema de Controle Interno Municipal se ateuve à questão do cumprimento do envio das informações tempestivamente pelo Poder Legislativo Municipal, comunicando ao setor de contabilidade da Prefeitura Municipal o fato e que o atraso poderia gerar incoerências no cruzamentos dos dados na consolidação das contas enviadas.

18 - MEDIDAS ADOTADAS PARA PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO, EM ESPECIAL O IMOBILIZADO

O Município vem adotando uma série de medidas em relação ao patrimônio, catalogando, buscando meios para legalização dos imóveis de forma a evidenciar no balanço patrimonial a cada encerramento ou até mesmo de forma



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

mensal o valor exato de imobilizado, evitando dessa forma o extravio e as mazelas.

Com a vigência das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, exige-se ainda mais a proteção ao patrimônio de forma mais ampla e sistemática. Assim os entes públicos estão adotando novos métodos de evidenciação, avaliação e controle de bens, haja vista que a nova sistemática vem destacar, dar mais sustentabilidade à contabilidade e foco patrimonial.

19 - MONTANTE INSCRITO EM RESTOS A PAGAR, CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS

O Município não possui Regime Próprio de Previdência em funcionamento.

20 - DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS, INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

VALORES PAGOS AO INSS

MÊS	VALOR	FONTE DE RECURSOS
JANEIRO A DEZEMBRO	1.382.747,69	1.00.00
		1.19.00
		1.18.00
		1.01.00
		1.02.00
		1.48.00

21 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA COM O RPPS

O Município de Jampruca não possui Instituto de Previdência Própria.

22 - REGISTRO DE DÍVIDAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA

O Município não possui Regime Próprio de Previdência em funcionamento e suas contribuições são repassadas ao Regime Geral de Previdência Social.



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

23- CONCLUSÃO

O processo de Prestação de Contas foi examinado por esta Controladoria e verificamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata o art. 74 da Constituição Federal art. 59 da Lei Complementar nº 101 art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 102/2008, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964 e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Jampruca acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2017.

Trabalhou-se de forma integrada junto à controladoria das demais entidades do Município e acompanhou-se de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

Através dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que todas as recomendações/determinações expedidas pela controladoria foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Finalmente, procedeu-se aos exames do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2017, correspondente ao exercício e elaborados sob a responsabilidade da administração. Verificamos o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Comparativo do Balanço Patrimonial, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Devedores Diversos, Demonstração da Dívida Fundada, Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, Inventário Geral Analítico, Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB e sua Aplicação, Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, Demonstrativo das Receitas mensais para verificação dos limites estabelecidos pela EC 25/00 e demais demonstrações contábeis.



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA
Estado de Minas Gerais
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Jampruca/MG, 28 de março de 2018.

Responsável pela Controladoria:

Dayane Ferreira da Silva
Controladora

